

## O QUE DIZEM *BLOGS* EDUCATIVOS SOBRE A REPETIÇÃO?

### WHAT DO EDUCATIONAL BLOGS SAY ABOUT REPETITION?

Ananias Agostinho da Silva - UFERSA<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo trata sobre a operação linguística de repetição. Em específico, analisa três postagens de *blogs* educativos que apresentam lições acerca do uso correto da repetição em língua portuguesa - segundo a perspectiva da gramática normativa. Interessa refletir criticamente sobre o conteúdo das postagens, demonstrando os equívocos dessas lições em torno da escrita, fundados na perspectiva prescritivista adotada. Para tanto, guia-se por postulados da Linguística do Texto. Os resultados da análise apontam que esses *blogs* acabam prestando um desserviço aos usuários (internautas) que buscam aprender sobre os usos da língua, porque desconsideram a natureza do texto e a funcionalidade da operação de repetição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Repetição. *Blogs* educativos. Escrita. Língua.

#### ABSTRACT

This article is about repetitive language operation. Specifically, it analyzes three posts of educational blogs that present lessons about the correct use of repetition in Portuguese language - from the perspective of normative grammar. It is interesting to reflect critically on the content of the posts, demonstrating the misconceptions of these lessons about writing, based on the prescriptive perspective adopted. To do so, it is guided by postulates of Linguistics of Text. The results of the analysis point out that these blogs end up disserving to the users (Internet users) who seek to learn about the uses of the language, because they disregard the nature of the text and the functionality of the repetition operation.

**KEYWORDS:** Repetition. Educational Blogs. Writing. Language.

DOI: 10.21920/recei72018411423437  
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72018411423437>

<sup>1</sup>Doutor em Estudos da Linguagem pela UFRN. Professor da UFERSA. E-mail: [ananias.silva@ufersa.edu.br](mailto:ananias.silva@ufersa.edu.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5442-5133>

## INTRODUÇÃO

A prática de produção de textos integra e constitui grande parte de nossas atividades cotidianas. Na verdade, o texto é a nossa unidade linguística básica de comunicação, ou seja, sempre que falamos ou escrevemos o fazemos por meio de textos. E como são variadas as atividades que desempenhamos, também são diversos os tipos e os gêneros de textos por nós produzidos. Quanto mais variado o repertório de modelos de gêneros de textos do falante de uma língua, maiores serão as suas possibilidades de comunicação e de interação – e por que não dizer de ação – no cotidiano em uma sociedade. Esses modelos são aprendidos em um exercício constante de interação em situações informais e formais de aprendizagem. Ora, já no início do processo de aquisição de linguagem, conseguimos materializar a língua em forma de textos visando um propósito comunicativo. Depois, frequentamos a escola para aprendermos outras modalidades de uso da língua e outras formas de produção de textos, tendo em vista a ampliação do nosso repertório de modelos de textos para uso em sociedade. E, ainda, quando saímos da escola, continuamos a aprender, cotidianamente, através dos meios mais diversos, novos modelos ou formas de produção de textos. Sim, porque como se diversificam as nossas atividades, especialmente em razão do avanço e desenvolvimento tecnológico, modificam-se também os meios e as formas de produção de textos. É por isso que a aprendizagem da escrita é uma prática contínua.

A popularização da *internet* e a difusão acentuada de redes digitais de relacionamentos sociais intensificaram a prática de produção de textos escritos, antes mais restrita aos espaços de maior formalidade. As pessoas encontraram nas plataformas digitais e em suas aplicações um espaço bastante fértil para a expressão de opiniões e pontos de vista acerca de quaisquer temas sem a exigência de ser especialista para se falar sobre eles. Para os responsáveis por cada rede ou plataforma virtual de relacionamento, por causa das proporções quase incomensuráveis de acessos, torna-se uma tarefa complicada estabelecer limites sobre os usuários. A gratuidade e a facilidade de acesso, o entretenimento ilimitado, a diversidade e o fluxo de informações são algumas das motivações ou dos atrativos de recruta de usuários às redes de relacionamentos virtuais. De fato, até mesmo pessoas com menor grau de instrução conseguem acessar redes sociais e manter uma página atualizada sem muitas dificuldades, porque as plataformas não exigem um grau rebuscado de letramento. Alguns mais conservadores criticam a liberdade de expressão nas redes sociais. Posturas mais radicais, como a defendida pelo filósofo italiano Umberto Eco (2015), sugerem que a popularização das redes sociais provocou danos à coletividade. O autor critica as condições de produção de sociabilidade das redes sociais e insinua que os usuários vivenciam um processo de alienação. Além disso, ainda acusa uma falta de controle de qualidade sobre as postagens publicadas.

Longe de querer polarizar a questão ou reduzi-la ao simplismo de uma valoração, não se pode negar que a *internet* trouxe um fluxo e uma diversidade de informações incalculáveis. E isso pode gerar controvérsias. Algumas dessas informações são bastante valiosas e úteis no auxílio de atividades que desempenhamos no cotidiano. São informações consideradas como confiáveis, porque foram publicadas por sujeitos ou instituições com alguma credibilidade em uma área do conhecimento. Entretanto, por outro lado, outras tantas informações circulam na rede de forma assistemática, publicadas sem nenhum crivo ou alguma avaliação de crédito ou de mérito. Tratam-se de pseudo-informações<sup>2</sup> que apresentam uma interpretação enviesada ou

<sup>2</sup> Na literatura americana, o termo *fake news* (notícias falsas) tem sido recorrentemente empregado para tratar de notícias que aparentam ser verdadeiras, mas não o são. São mentiras revestidas de artifícios que lhes conferem uma aparência de verdade, construídas propositalmente, com a intenção de enganar ou ludibriar os usuários. Não

parcial dos fatos, seja pelo desconhecimento do produtor ou mesmo pelo emprego de má fé, a distorção proposital dos fatos, visando enganar ou manipular o usuário acerca de um ponto de vista. Nesses casos, textos são publicados na rede sem depender do julgamento ou da análise de especialistas e de maneira instantânea. Refinando ainda mais, diríamos que algumas dessas publicações poderiam ser denominadas de lixo virtual, informações que não passam por filtro e não têm nenhum comprometimento com a verdade.

Com efeito, selecionar as informações parece ser imperativo. No entanto, distinguir informações interessantes daquelas sem nenhuma ou com pouca relevância torna-se uma tarefa não muito fácil para os usuários da rede. Sim, porque além de ser excessivo o número de informações a que estamos expostos, nem sempre é possível atestar a credibilidade de um veículo virtual onde um texto circula e tampouco avaliar ou julgar o conteúdo desse texto. Entretanto, algumas situações exigem uma postura mais crítica por parte dos usuários, porque não admitem dúvidas quanto à veracidade das informações acessadas. É o que acontece, por exemplo, em casos de conteúdos educativos, jornalísticos, jurídicos, dentre outros tipos que parecem carecer de um exame atento antes de lhes serem atribuídas credibilidade e confiança. Em larga escala, proliferam-se, na rede, conteúdos educativos publicados através de textos didático-explicativos postados em páginas de sites eletrônicos e em perfis de redes sociais ou no formato de vídeos disponibilizados em sites de compartilhamento, especializados ou não. Nesses casos, esse tipo de conteúdo é disponibilizado com a finalidade de auxiliar ao usuário, esclarecendo suas dúvidas de forma simplificada e rápida, pretendendo-se eficiente e eficaz. Por isso, na maioria das vezes, os textos publicados são sucintos, utilizam-se de alguns poucos exemplos, mais de valor ilustrativo, e apresentam uma linguagem sem rebuscamento, acessível aos usuários em geral.

Ocorre que muitos desses textos, prezando pela sumarização, acabam sustentando seus conteúdos em afirmações genéricas ou fundadas no senso comum, sem crivo científico. Ora, se esses textos têm pretensões educativas ou informativas (já que não são, necessariamente, pedagógicos), eles não podem suscitar dúvidas ou direcionar o leitor para uma interpretação equivocada acerca de determinado conteúdo. Orientando-se pelo princípio da aceitabilidade, o leitor atribui credibilidade ao texto lido, considerando-o útil, relevante e necessário para que suas intenções sejam alcançadas. Assim, quase sempre, o leitor dará crédito à competência que, supostamente, julga ter o autor para tratar do tema sobre o qual está lendo e confiará nas informações declaradas no texto - a não ser que seja especialista no assunto ou mesmo tenha algum conhecimento que lhe permita colocar em dúvida as informações oferecidas pelo texto. É por causa de problemas como esses que algumas pessoas têm questionado a produtividade e a eficiência da tecnologia da *internet* em benefício da construção do conhecimento. Na esfera escolar, por exemplo, muitos professores optam por privar o acesso dos alunos à rede ou pelo menos limitá-lo, porque não consideram-na uma fonte segura de pesquisa. É claro que esta não é uma postura mais coerente, porque é inevitável escapar aos benefícios que pode trazer a *internet*, no espaço escolar e fora dele. Antes é mais conveniente tratá-la como ferramenta pedagógica que pode auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, resguardando-se de não incorrer em problemas como os gerados pelos textos que não têm comprometimento com a verdade.

A depender da área do conhecimento, esse tipo de texto assinado por não especialista pode ser até rejeitado. É o que acontece, por exemplo, nas áreas da saúde. Há recomendações enfáticas de médicos especialistas para que os usuários não realizem diagnósticos ou ingiram medicação a partir de prescrições disponibilizadas na *internet*. A consulta ao médico pare ser sempre indispensável, conforme defende a comunidade científica da área. No terreno dos

---

corresponde, necessariamente, aos tipos de textos de que falamos aqui. Nesse caso, os equívocos das informações não são cometidos propositalmente com intenções nefastas.

estudos da linguagem, foco desse trabalho, também é sempre imprescindível uma reflexão crítica sobre esses textos que abordam conteúdos linguísticos. Com expressiva recorrência, encontramos em plataformas da rede textos com diversos equívocos acerca de explicações sobre fatos da língua, principalmente quando são produzidos por não especialistas. Ao invés de orientar o leitor sobre os usos da língua, coerentes aos contextos de produção e de comunicação, esses textos acabam por prestar um desserviço aos usuários que buscam aprender sobre a língua. É a tecnologia a desserviço da produção do conhecimento e do desenvolvimento humano.

Aqui no Brasil, são muitos os sítios eletrônicos, páginas de redes de relacionamento, *blogs* e canais de compartilhamento destinados à apresentação de conteúdos sobre os usos da língua portuguesa – especialmente sobre o uso da língua conforme sua gramática normativa. Grande parte deles é alimentada por sujeitos de autoria reconhecida, que mantêm uma padronização na produção de lições acerca dos usos da língua – é o que acontece, por exemplo, com os canais de compartilhamento de vídeos ou com *blogs* pessoais. Em frequência menor, algumas páginas ou sítios eletrônicos são geridos por uma instituição responsável por administrar as postagens realizadas e os comentários dos usuários, geralmente com dúvidas sobre certos fatos da língua. Mas também, nesses últimos casos, nem sempre os autores das postagens são especialistas ou mesmo professores de língua portuguesa. São serviços que têm substituído gramáticas e manuais de redação antes consultados quando se pretendia aprender sobre fatos da língua, principalmente sobre a modalidade escrita. Parece ter se tornado mais ágil e prático realizar uma consulta em um sítio eletrônico de busca do que ir até uma biblioteca, selecionar algumas gramáticas ou alguns dicionários para se esclarecer uma dúvida ou se responder a uma questão. Não se deve questionar a usabilidade da tecnologia nesse sentido. Todavia, é sempre necessário tomar cuidado sobre como essas consultas têm sido realizadas e sobre os resultados alcançados, porque nem sempre são desejáveis.

Considerando tal problemática e guiando-se pelos postulados da Linguística do Texto, no presente trabalho, refletimos sobre lições de uso da língua portuguesa (em sua modalidade escrita) apresentadas em textos publicados em *blogs* educativos. Esses *blogs* têm o objetivo de ensinar os usuários o uso correto da língua, tal qual prescrito pela gramática normativa, desconsiderando quaisquer outras possibilidades de uso. Em particular, analisamos três postagens de *blogs* educativos que apresentam lições acerca da *repetição* – operação linguística imprescindível à produção de textos orais e escritos. O foco está na investigação de como a repetição é concebida e abordada nos textos, ou seja, não se trata de análise textual ou análise de gênero, necessariamente, mas do conteúdo tematizado nos textos. Interessa-nos problematizar a visão normativa e prescritivista que perspectiva esses textos ao colocarem em cena a operação de repetição. Ora, sendo a linguagem constitutivamente dialógica, a repetição é sempre necessária. Como mecanismo de produção de sentidos, ela desempenha importantes funções textuais e discursivas na oralidade e na escrita que não podem ser ignoradas quando se busca aprender sobre os usos da língua, especialmente quando o interesse está voltado para a aprendizagem da atividade de produzir de textos. Assim, dentre outros aspectos, justifica-se a realização desse trabalho pela relevância inerente ao fenômeno linguístico aqui estudado, a repetição.

## REPETIÇÃO

“O falante não é o Adão bíblico, só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados, aos quais dá nome pela primeira vez” (BAKHTIN, 2010[1979], p. 300). Isso significa que todas as palavras que pronunciamos já foram outras vezes ditas, nunca são totalmente originais, mas são sempre repetições – apesar de que todo ato de tomada da palavra

por um sujeito é único, original, porque são sempre únicos o sujeito e a situação de produção de um discurso. Aprendemos a fazer muitas coisas do nosso cotidiano, em parte, através da repetição, inclusive a fazer uso da nossa língua. Quando uma criança está aprendendo a falar, os adultos repetem variadas vezes uma mesma palavra para que ela possa, pelo exercício da repetição, aprendê-la. Do mesmo modo, também quando a criança está aprendendo a escrever, o professor sugere a repetição de letras, sílabas e palavras para que ela possa aprender a língua escrita. Também o aprendizado de muitas de nossas atividades laborais e artísticas se dá a partir de tentativas e do exercício constante da repetição. É por meio da repetição de uma receita elaborada por alguém que aprendemos a cozinhar e preparar um alimento. É repetindo os gestos e as ações de um instrutor que conseguimos aprender a conduzir um automóvel. Em alguns casos, a repetição em si, como imitação, pode constituir uma manifestação artística, como por exemplo, paródias ou pastiches, muito frequentes na poesia e na música.

Em sentido mais amplo, se considerarmos o princípio do dialogismo, todo texto, toda palavra é repetição e refração retrospectiva e prospectiva de outro texto, de outra palavra. Na dimensão do dialogismo, o texto se constitui a partir do entrecruzamento, da incorporação de outros textos, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo ou mesmo para discordar dele. E esse princípio recobre e percorre toda a vida da palavra, sua passagem de um sujeito para outro, de um contexto a outro, de uma coletividade social, de uma geração a outra, porque a língua, em sua totalidade concreta, a língua viva em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Sempre uma palavra, um texto carrega seu trajeto discursivo anterior, traz marcas de outros discursos que o geraram e de discursos que ainda estão por vir. Existe uma dialogização interna da palavra, que é sempre atravessada pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Assim, de quando da produção de um discurso, de um texto, o produtor precisa sempre levar em conta a palavra do outro, que está presente em sua própria palavra, repetida ou retomada, apreendida de diversas maneiras. Se o dialogismo é constitutivo da própria linguagem, da língua, podemos também dizer que a repetição está fundamentalmente na base do dialogismo.

Linguisticamente, dizemos que a repetição corresponde à reprodução de um mesmo segmento linguístico duas ou mais vezes. Entretanto, tal operação não pode ser reduzida a um simples ato tautológico, porque nem sempre que um segmento é reproduzido ele significa a mesma coisa. Há uma grande diferença entre repetir elementos linguísticos e repetir o mesmo conteúdo, ou seja, repetir as mesmas palavras num evento comunicativo não equivale a dizer a mesma coisa. Quando um determinado item lexical é retomado em um texto, a retomada é do ponto de vista textual e envolve sentidos que estabelecem a continuidade tópica, mas não necessariamente a identidade referencial. Ocorre que as noções de identidade e de diferença, sob o aspecto lexical, não equivalem a identidade e diferença sob o aspecto referencial. É o que se pode verificar, por exemplo, nos casos de paráfrases, que em geral se manifestam com diferenças lexicais para gerar equivalências, o que não é garantido nem mesmo no caso de uma repetição integral. Portanto, é equivocada a compreensão de que a repetição se resume a simples reprodução de um item lexical.

Nos processos de textualização de língua falada, várias são as pesquisas que têm demonstrado ser a repetição uma operação essencial, sendo, pois, uma das estratégias de reformulação textual mais presentes na oralidade (MARCUSCHI, 1997). De acordo com esse autor, há, inclusive, muito maior recorrência de repetição na oralidade do que na escrita, porque as condições de produção da escrita, a possibilidade de revisão, de correção e de editoração, com apagamentos sucessivos, diminuem significativamente as ocorrências de repetição. Todavia, a menor recorrência não pode ser entendida como ausência ou como justificativa para supressão dessa operação linguística nos textos escritos. Na verdade, a repetição integra também a escrita, porque ela é constitutiva da própria linguagem. Além disso,

o maior ou menor uso da repetição não está atrelado somente à modalidade de uso de materialização da língua, mas também está relacionado ao propósito comunicativo (interacional) do gênero de texto, às condições de produção, ao tipo de texto e ao contexto imediato de sua produção. Todos esses aspectos, de ordem cognitiva, linguística, discursiva, textual e pragmática, determinam a necessidade ou não de se repetir segmentos linguísticos com maior ou com menor recorrência em um texto. É claro que, a depender da modalidade da língua e de todo esse conjunto de elementos, a repetição terá avaliação e papel diverso na fala e na escrita. Mas em todo caso, ela apresenta-se como uma estratégia de composição de texto e não como mero elemento de descontinuidade textual. Em todo caso, por causa de sua maleabilidade funcional, a repetição assume um variado conjunto de funções.

Nesse sentido, é preciso pensar a repetição a partir de uma dimensão funcional. Em tal direção, a repetição é vista como a produção de segmentos textuais idênticos ou semelhantes, duas ou mais vezes, no âmbito de um mesmo evento comunicativo – que se materializa em texto oral, escrito ou multimodal. São variadas as formas de repetição e também suas funções. De modo geral, Marcuschi (1997) observou que a repetição, na fala, pode contribuir para a organização discursiva e para o monitoramento da coerência textual, favorecer a coesão, a conexão e a geração de sequências mais compreensíveis, dar continuidade para a organização e manutenção tópica e auxiliar nas atividades interativas. Essas mesmas funções (e outras a mais) também podem ser observadas na escrita – conforme verificou Souza (1999). A partir da análise de textos escritos por professores de língua portuguesa da Educação Básica, esse autor conseguiu constatar que, do ponto de vista textual-discursivo, todas as funções da repetição presentes na fala são também encontradas na escrita, resguardando-se algumas variações provocadas em função da modalidade da língua, do gênero de texto, do grau de instrução do produtor, do contexto imediato de produção, dentre outros fatores. Assim, a repetição desempenha funções muito importantes na constituição de sentidos de textos em língua portuguesa, independentemente da modalidade de realização da língua em uso.

Antunes (2005) entende a repetição como um recurso de grande funcionalidade na produção de textos, porque sempre pode desempenhar diferentes funções – segundo a autora, todas elas, de alguma forma, sempre coesivas. Assim, ao repetir uma palavra num mesmo texto, conforme observa Antunes (2005), o produtor pode, por exemplo, marcar ênfase em um determinado segmento, estabelecer contraste entre dois segmentos de um mesmo enunciado, fazer uma correção de forma explícita ou sugerida, expressar quantificação, marcar a continuidade de um tema focalizado, dentre outras. Realmente, a repetição é um dos recursos de coesão mais produtivos de que dispomos na língua. No entanto, como assinala Marcuschi (1997), incluindo a coesão, a repetição atua em vários aspectos da formulação textual-discursiva. A multifuncionalidade da repetição pode ser evidenciada em diversos planos do funcionamento textual, conforme destaca o autor nos planos elencados abaixo:

- a) no plano da coesividade, abarcando a sequenciação propriamente, a referência, a expansão oracional, a parentização e o enquadramento funcional;
- b) no plano da compreensão, fortalecendo a intensificação e o esclarecimento;
- c) no plano da continuidade tópica, propiciando a amarração, introdução, reintrodução, delimitação do tópico;
- d) no plano da argumentatividade, possibilitando reafirmação, contraste, contestação;
- e) finalmente, no plano da interatividade, colaborando na monitoração da tomada de turno, ratificação do papel do ouvinte, incorporação de opinião.

Esquemáticamente, a classificação funcional da repetição de que trata Marcuschi (1997) pode ser resumida no diagrama apresentado a seguir:

<b>REPETIÇÃO</b>	COESIVIDADE	Listagem
		Amálgamas sintáticos
		Enquadramento sinático-discursivo
	COMPREENSÃO	Intensificação
		Rema - Tema
		Esclarecimento
	ORGANIZAÇÃO TÓPICA	Introdução tópica
		Reintrodução tópica
		Delimitação de tópico
		Condução e manutenção do tópico
	ARGUMENTATIVIDADE	Reafirmação de argumentos
		Contraste de argumentos
		Contestação de argumentos
	INTERATIVIDADE	Expressão de opinião pessoal
		Monitoramento de tomada de turno
	Ratificação do papel do interlocutor	
	Incorporação de sugestões	

Figura 01: Classificação Funcional da Repetição.

Fonte: Elaboração própria.

Do esquema acima, depreende-se que a repetição desempenha importantes funções de natureza textual e discursiva. Conforme classifica o autor, as funções textuais estão relacionadas à estrutura superficial do texto, ao aspecto êmico, situadas na ordem de linearidade do texto e de suas variadas conexões linguísticas. Por sua vez, as funções de natureza discursivas têm um caráter mais ético, vinculado à compreensão do texto, aos objetivos argumentativos e aos fenômenos da interação (MARCUSHI, 1992). É claro que essa organização foi operacionalizada dessa maneira para efeito didático, ou seja, é necessária apenas para análise e compreensão do fenômeno em si, porque, na prática, a repetição opera de forma muito interligada, de onde o seu caráter multifuncional. Com efeito, as funções que desempenha a repetição são essenciais para assegurar e garantir a textualidade dos textos. Assim, por exemplo, não fosse o caráter reiterativo da repetição, não conseguiríamos nem distinguir um texto de um simples aglomerado de frases soltas e desconexas. Ora, a repetição é um fenômeno de regularidade textual e, como tal, não pode ser ignorada no processo de produção e de compreensão dos textos. O que carece de ser considerado é *o como* se efetiva a operação de repetição.

## ANÁLISE

Em contextos de ensino do uso da língua, institucionais ou não, mais ou menos monitorados, a repetição, num momento ou noutro, sempre aparece como tema sobre o qual pairam dúvidas por parte dos usuários da língua. Um breve olhar sobre manuais ou guias de escrita da língua portuguesa, por exemplo, atesta a centralidade da operação de repetição como tema recorrente em lições de escrita. No geral, a tônica é de que não se podem repetir palavras em textos escritos, porque a repetição se trata de operação típica da oralidade informal, coisa da conversação coloquial, e o seu uso recorrente na escrita pode assinalar deficiência vocabular do produtor e empobrecimento do texto. Também tem sido essa a lição ensinada por muitos professores (mal informados) de redação e de língua portuguesa para alunos do Ensino Fundamental e do Médio da Educação Básica. Deliberadamente, a dica é sempre não repetir. É como se a repetição fosse um crime que comprometeria todo o texto e o desempenho do produtor. E como tal precisa ser evitado porque, quando cometido, é o produtor punido – em situações de avaliação, a nota que seria atribuída ao texto poderá ser consideravelmente afetada caso o produtor insista em repetir as mesmas palavras.

Com a informatização do conhecimento, também em espaços digitais os usuários têm buscado informações sobre os usos da língua. Inclusive, talvez seja possível arriscar dizer que os antigos manuais de redação e os livros de gramática têm sido substituídos por versões eletrônicas publicadas em páginas e em canais da *internet*. Nesse contexto, ainda a repetição tem sido objeto de consulta por parte de um número muito expressivo de usuários, conforme atesta a diversidade de páginas, canais e postagens disponíveis na rede acerca do tema. Numa consulta simples em um sítio eletrônico de pesquisa na rede, milhares de páginas são exibidas como sugestões de acesso ao usuário interessado em esclarecer algum tipo de dúvida sobre o uso da repetição na língua portuguesa. É claro que muitas das postagens disponíveis se repetem quanto ao conteúdo, mas mesmo caso tentássemos selecioná-las evitando a repetição ainda iríamos nos deparar com número significativo de postagens. Neste artigo, selecionamos apenas três postagens publicadas em *blogs* com viés educativo acerca da operação de repetição. A seleção realizada deu-se mediante sorteio simples, em um universo de vinte postagens previamente coletadas para a composição de um *corpus* de análise.

A primeira das três postagens foi publicada no *blog* Proenem. Trata-se de uma espécie de portal de ensino a distância cujo foco está nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Ministério da Educação.



Figura 02: *Printscreen* da página do *blog* Proenem.

Fonte: *Blog* Proenem.

A postagem desse *blog* faz parte de uma série de publicações (dicas) a respeito da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Essa é a primeira dica de um



conjunto de lições que precisam seguir os candidatos, segundo recomenda o *blog*, para alcançarem a nota máxima na redação do exame. Em específico, a dica em destaque focaliza diretamente o aspecto da repetição, conforme se pode perceber pelo título. Inclusive, alguns aspectos do próprio título merecem observação. Trata-se de uma pergunta retórica, como se fosse de autoria dos próprios candidatos ou como se o autor da postagem quisesse estabelecer uma relação menos formal com os usuários, como se estivesse, de fato, conversando com eles. Assume a postura de que não se pode repetir palavras no texto da redação, caso tenha a intenção de obter a nota máxima – por isso a ênfase dada ao verbo repetir e ao advérbio de negação (não) duplicado. Todavia, o conteúdo da postagem não justifica a postura indicada, ou seja, não coloca argumentos que expliquem porque não se pode repetir palavras num texto como a redação do exame. É como se estivesse dizendo deliberadamente: não se pode repetir e pronto, não importam as circunstâncias. Desse modo, a postagem apresenta-se pouco esclarecedora para os usuários.

Após o título, a postagem apresenta algum conteúdo sobre a repetição – sempre na perspectiva de evitá-la. Aponta que um dos principais recursos disponíveis para que os usuários não comentam o equívoco de usar uma mesma palavra repetidas vezes num texto de redação é a *elipse*. Trata-se, segundo a postagem, de recurso em que o produtor de texto deixa implícita uma palavra, ao invés de substituí-la por um verbo, substantivo ou pronome. Ora, a elipse é um mecanismo coesivo usado para omitir um item lexical, um sintagma, uma oração ou todo um enunciado, facilmente recuperáveis pelo contexto (KOCH, 1999). De acordo com Adam (2011, p. 172), a existência da elipse explica-se como sendo permitida pela linguagem: “A incompletude é a regra do discurso, em virtude de uma lei da economia da linguagem que permite não dizer tudo e implicar o que o auditor ou o leitor pode reconstruir”. Entretanto, a depender do texto e do gênero, a elipse pode suscitar interpretações ambíguas, não sendo, portanto, o elemento coesivo mais adequado para a substituição de palavras. Daí a importância de dotar o produtor de um conjunto variados de recursos coesivos, para que ele possa selecionar o recurso mais adequado ao texto em produção.

Ao focalizar apenas a elipse como recurso coesivo, a postagem desconhece ou ignora diversos outros recursos que a língua disponibiliza e oferece para evitar o uso de uma mesma palavra no decorrer de um texto, como as expressões referenciais, que, por exemplo, podem colaborar significativamente com a substituição de palavras. Também parece ignorar as funções que a repetição pode desempenhar em um texto, inclusive em texto pertencente ao gênero redação escolar, solicitado pelo exame. É claro que, por se tratar de um contexto formal de uso da língua<sup>3</sup>, no qual se exige do candidato o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, isto é, a adequação do seu texto em relação tanto às regras gramaticais quanto à fluidez da leitura, que pode ser prejudicada ou beneficiada pela construção sintática, o emprego da repetição carece ser cauteloso. Sim, porque a repetição descuidada de palavras pode gerar empobrecimento do texto, com o comprometimento da organização sintático-semântica. Não obstante, também na produção de textos formais, como a redação escolar, a repetição pode assumir funções importantes relacionadas à progressão textual e ao funcionamento argumentativo, assim, contribuindo decisivamente para o melhoramento do texto e para que o produtor possa alcançar os seus propósitos pretendidos.

Na sequência, a postagem apresenta dois exemplos de casos de elipse, visando à ilustração didática do fenômeno. São dois casos convencionais de elipses, o primeiro de substantivos e o segundo de um verbo, ambos facilmente compreensíveis, porque são os

<sup>3</sup> A situação de produção de texto que o Enem estabelece é formal, porque se trata de um exame oficial de seleção, cujo resultado é utilizado para avaliar a qualidade do Ensino Médio no Brasil e, por outro lado, para possibilitar o acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

referentes recuperáveis pelo contexto. De fato, a respeito dos exemplos utilizados, é possível dizer que ilustram satisfatoriamente o fenômeno linguístico em questão, isto é, a elipse. Porém, convém comentar a seleção dos exemplos, porque eles podem trazer implicações consideráveis para o aprendizado ou não por parte dos usuários leitores da postagem. Os dois exemplos utilizados são fabricados, ou seja, não são textos autênticos que poderiam ilustrar o verdadeiro funcionamento da língua no que se refere à elipse. Ora, como abaliza Antunes (2003, p. 31), o ensino de uma gramática descontextualizada “[...] fragmentada, de frases inventadas, da palavra e da frase isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto, sem função, frases feitas para servir de lição, para virar exercício, [...] preocupada apenas com marcar o ‘certo’ e o ‘errado’”, pouco ou em nada contribui para o aprendizado acerca do uso da língua em textos reais. Noutras palavras, ao optar por utilizar exemplos fabricados para ilustrar fenômenos linguísticos relativos à produção de textos, a postagem do *blog* quase em nada contribui para a formação de produtores competentes de textos, capazes, por exemplo, de obter nota máxima em uma prova de redação como a do exame do Ensino Médio.

A segunda postagem selecionada foi publicada pelo *blog* Estudo Prático. É um portal de pesquisa que publica assuntos relacionados à educação, tecnologia e outras curiosidades. A seguir, reproduzimos a captura de tela da página principal do *blog*:



Figura 03: *Printscreen* da página do *blog* Estudo Prático.  
Fonte: *Blog* Estudo Prático.

A postagem do *blog* Estudo Prático focaliza a operação de repetição a partir da perspectiva da textualidade, considerando as noções de coesão e de coerência e tomando como pano de fundo, também, a prova de redação do Enem. Tal como na postagem do *blog* anteriormente analisado, aqui, mais uma vez, a orientação é negar a possibilidade de repetição de palavras no texto, sob pena de comprometer os princípios de coesão e de coerência, fundamentais à textualidade dos textos. A coesão e a coerência são colocadas como determinantes na prova de redação do exame e a repetição como recurso que com elas se relaciona. De fato, a repetição envolve aspectos semânticos e sintáticos e promove a coesão e a

coerência dos textos. Nessa direção, compreende um recurso determinante para que o candidato ao exame possa obter uma desenvoltura satisfatória na prova de redação.

Logo de início, o texto da postagem apresenta definições simples para as noções de coesão e de coerência. Entende a coesão como a conexão que se estabelece entre os elementos no texto (como palavras, orações, períodos e parágrafos), formando um fluxo lógico e contínuo. A coerência é a propriedade do texto que permite que se construa sentido a partir dele, estabelecendo relação lógica e harmônica entre suas partes e a situação de sua ocorrência. São conceitos relativamente afinados com os pressupostos teóricos de correntes contemporâneas dos estudos linguísticos do texto, como exemplo, a Linguística Textual. Claramente essas noções não dão conta da complexidade teórica que as recobre, mas a síntese justifica-se pelo caráter de didatização da postagem. Nesse sentido, se alguns aspectos fundamentais à compreensão dos princípios de coerência e de coesão não são contemplados, como o caráter subjetivo em relação ao interlocutor, não se pode acusar de descuido ou de desconhecimento o autor da postagem, mas antes pode ser o caso de uma escolha pedagógica. Agora, alguns riscos são corridos, como a dificuldade em correlacionar essas noções com a ideia de repetição, focalizada no título da postagem. Após a exposição das duas definições, a postagem dedica-se a apresentar algumas *técnicas* que podem ajudar os usuários (supõe-se candidatos ao exame) a evitar a repetição de palavras em textos. No entanto, não consegue estabelecer relação de modo evidente entre as dicas apresentadas e os princípios de coesão e de coerência, conforme parece sugerir no título<sup>4</sup>. Assim, é como se se afirmasse que a repetição influencia na construção da coesão e da coerência dos textos, mas não se explicita claramente de que modo essa relação se processa ou efetua.

As técnicas de que trata a postagem são, na verdade, recursos dos quais dispõe a língua portuguesa para que um usuário possa substituir palavras em um mesmo texto: a nominalização, a sinonímia, o epíteto, a metonímia, a elipse, o emprego de pronomes, de termos sínteses, de advérbios pronominais e de numerais. É importante observar como aspecto positivo a variedade de recursos linguísticos apresentados na postagem. Deveras, esses elementos são muito relevantes na produção de um texto, porque evitam a repetição *ipsis litteris* de palavras ou de sentenças desnecessariamente, o que pode sugerir, em certas situações, limitação vocabular do produtor. Os recursos de que trata a postagem são brevemente definidos e ilustrados com um exemplo para cada um deles, respectivamente. Os exemplos são extraídos de textos pertencentes a diversos gêneros, principalmente da mídia, a maioria textos que apresentam algum grau de formalidade quanto ao uso da linguagem, tal qual demanda a redação do Enem. Nesse sentido, os exemplos mobilizados aqui, diferentemente daqueles empregados na postagem anterior, podem contribuir com a formação do usuário no que diz respeito ao uso adequado de recursos linguísticos de coesão em textos mais formais, como a redação escolar.

No entanto, o principal equívoco da postagem consiste na compreensão limitada do fenômeno da repetição. É como se não repetir palavras fosse condição necessária e imperativa para se alcançar a nota máxima na redação do exame. Ou o inverso: é como se repetir palavras implicasse sempre em prejuízo para a prova de redação e, portanto, prejudicasse o desempenho dos candidatos. Ora, é quase impossível – a não ser por um efeito estilístico ou artístico – manter a unidade temática de um texto sem recorrer à operação de repetição. A produção de um texto dentro dos limites de um tema proposto não se efetiva apenas mencionando um título ou deixando-o subentendido. É necessário sempre repetir o referente do título para que a unidade temática seja mantida no decorrer de todo o texto. É claro que isso

---

<sup>4</sup>Aqui ocorre um típico problema de textualidade: a falta de relação entre o título e o conteúdo do texto. Porém, como foi esclarecido na introdução desse trabalho, não nos propomos a fazer análise textual, mas a refletir acerca do conteúdo abordado nas postagens.

não se dá apenas através da repetição propriamente dita, mas, sobretudo, por meio de estratégias de substituição (estabelecendo relações de sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia), de parafraseamento (com a utilização de expressões resumitivas, metafóricas ou metadiscursivas), de paralelismo, dentre outras. O emprego dessas estratégias é fundamental para que problemas como a fuga ou o tangenciamento ao tema não comprometam a qualidade de um texto como a redação escolar.

Finalmente, a terceira e última postagem aqui analisada foi publicada numa página de um dos cadernos (*sociedade*) do jornal eletrônico O Globo, um dos jornais digitais mais acessados e lidos em todo o país.



Figura 04: *Printscreen* da página do caderno Sociedade, do jornal O Globo.  
Fonte: Jornal O Globo.

A postagem acima foi publicada numa seção do jornal virtual O Globo, em uma página destinada a conteúdos educativos e de interesse social. Aqui, novamente, o foco das lições de escrita está na prova de redação do Enem, mesmo que não se restrinja a ela de forma exclusiva. Conforme sugere o título, são apresentados, ao longo da postagem, os principais equívocos (entendidos como *erros*) cometidos pelos candidatos do exame durante a produção de texto solicitada. Além de apontar os problemas, sugere, também, como evitá-los, ou seja, como não cometer os erros que podem comprometer o texto e o desempenho dos candidatos na prova. É o caráter educacional, de serventia da página do jornal para com os usuários.

Aqui a repetição não aparece como tema central da postagem, mas como um dos tópicos abordados, isto é, como um dos erros que derrubam a nota da redação. Dentro do conjunto de equívocos focalizados, a repetição de palavras num mesmo parágrafo ou num mesmo texto é colocada como prática que prejudica a percepção do avaliador sobre o vocabulário do candidato e pode, ainda, resultar numa aparente redundância de ideias e argumentos. Noutros termos, o ponto de vista adotado é de que a repetição empobrece o texto e demonstra a limitação vocabular do produtor. É uma prática hostil que deve ser evitada, quase que combatida. A lição peca pelo excesso, pela generalização. Conforme avalia Antunes (2005, p. 78), “a generalização pura simples de não repetir palavras não tem sentido e perde sua função de nos orientar na escrita de textos adequados”. Assim, a recomendação abusivamente generalizada de que não se podem repetir palavras em um mesmo texto carece sempre de uma avaliação cuidadosa, com reflexão crítica por parte do sujeito produtor de textos. Ainda de

acordo com recomendações de Antunes (2005), não se trata de compreender a repetição como um problema, tal como estar colocado na postagem, no entanto exige o cuidado da utilização equilibrada, levando em conta suas funções textuais e discursivas.

Na perspectiva de evitar a repetição, a postagem apresenta algumas estratégias de textualização consideradas como fundamentais: a pronominalização, a sinonímia e a elipse. Não precisamos repetir que esses recursos são importantes para coesão textual e para evitar situações em que a repetição propriamente dita pode ser problemática para o texto. Todavia, não se deve articular um arranjo polarizado, ou seja, não é adequado pensar aquelas estratégias como opostas à repetição, como se fossem fenômenos quase que dicotômicos. Ou, ainda, dizendo de outro modo, a pronominalização, a sinonímia, a elipse e tantos outros recursos de coesão não anulam a repetição em um texto, porque ela, a repetição, é também um recurso de coesão. E todos eles podem ser articulados de forma harmoniosa em um mesmo texto. A repetição é um recurso textual significativo e, nos textos, não deve ser necessariamente evitado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto pretendeu refletir acerca de como três postagens de *blogs* educativos entendem e apresentam aos usuários a operação linguística de repetição. Orientando-nos pelo dispositivo teórico da Linguística do Texto, demonstramos que a repetição é vista a partir de uma perspectiva linguística, desconsiderando as funções textuais e discursivas que pode desempenhar nos textos. Trata-se de uma compreensão limitada e equivocada do fenômeno. A repetição opera múltiplas funções e a prática de produção de textos (em qualquer das modalidades da língua) não pode prescindir o seu emprego. Dizer que não se pode repetir as palavras num mesmo texto, sob pena de ter sua qualidade ou seu desempenho comprometidos, é uma generalização infundada e sem respaldo teórico.

Nas postagens, a repetição é sempre encarada como problema, como deficiência do produtor do texto, como resultado da falta de conhecimento sobre as regras da escrita da língua. É entendida como sintoma de pobreza vocabular do produtor e o seu uso afeta o texto. Isso ficou evidente na análise de conteúdo. Mas ocorre que a verdade parece ser exatamente o contrário. A maneira como a repetição é compreendida nesses textos é que sugere ausência de conhecimento consistente dos sujeitos responsáveis pelas postagens acerca do funcionamento da língua portuguesa. No âmbito dos estudos linguísticos, em particular na Linguística do Texto, a operação de repetição tem sido reconhecida como um dispositivo textualmente relevante e funcional. Seu uso é incontestável. Desde que apresentem alguma extensão, os textos, orais ou escritos, formais ou informais, podem, normalmente, apresentar palavras repetidas sem que tenham sua qualidade afetada. Não se trata de uma regra sobre *como escrever bem*, mas de uma norma de funcionamento da língua. E quando se estuda a língua, não se pode fugir de suas propriedades, não se pode questionar a funcionalidade de um recurso generalizado como a repetição.

É claro que o uso desse recurso demanda algum cuidado, porque, de fato, repetir palavras demasiadamente não é adequado - a não ser que pelo argumento ou licença de algum efeito estilístico ou poético. Mas o problema nunca será o processo em si, mas no caso o excesso. Ou seja: não é problema repetir palavras em um mesmo texto, mas pode ser problema repetir demais. E, quanto a isso, é ilusão acreditar que existe uma regra ou um limite do número de vezes que uma palavra pode ser repetida em um texto. Todas as orientações nesse sentido são sempre equivocadas. O principal critério a ser considerado nesse ponto é a sensibilidade do produtor do texto. É no processo de escrita do texto que ele poderá avaliar o emprego do recurso da repetição.

Evidentemente que não se trata somente de uma questão de subjetividade. O uso da repetição compreende, como colocado ao longo desse trabalho, diversos aspectos de natureza linguística, cognitiva, pragmática e interacional. O gênero de texto pode ser, por exemplo, uma questão crucial. Em certos gêneros, como na poesia, na propaganda, a ocorrência da repetição é muito mais autorizada do que noutros – inclusive assumindo aí importantes funções estilísticas e argumentativas. Há, portanto, gêneros de texto em que se repete mais e gêneros de texto em que se repete menos. Mas em todo gênero ocorre a repetição. Acreditar que existem alguns tipos de textos nos quais não se pode repetir as palavras foi uma ilusão que a prática escolar teimou em criar – e que a mídia com seus suportes insiste em reforçar – generalizando um princípio que não pode ser aplicado indiscriminadamente (ANTUNES, 2003).

Do confronto desses pressupostos com a análise do conteúdo das três postagens, arriscamos em dizer que esses *blogs* acabam prestando uma espécie de desserviço aos usuários (internautas) que buscam aprender na rede acerca dos fatos da língua, porque desconsideram a natureza do texto e a funcionalidade da operação de repetição. As dicas dos *blogs* sugerem uma prática equivocada de uso da língua, que, quando seguida, pode comprometer a produção de textos. Alargando essa constatação, podemos ainda afirmar que, em relação ao ensino, a tecnologização do conhecimento, por vezes, tem provocado mudanças apenas no método, nos suportes virtuais onde se materializa o conhecimento, nos sistemas de armazenamento de informações, mas tem insistido na mesma episteme tradicional. Tem privilegiado uma dimensão mecânica e imediatista em detrimento de uma perspectiva crítica de construção do conhecimento. E uma postura crítica é sempre necessariamente indispensável, principalmente considerando o aumento exponencial da informação provocado pelo desenvolvimento tecnológico contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1979]2010.

ECO, U. **Discurso em cerimônia de título de doutor honoris causa em comunicação e cultura**. Turim (Itália): Universidade de Turim, 2015.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

MARCUSCHI, L. A. **A repetição na língua falada**: formas e funções. Tese para concurso de professor titular em linguística. UFPE, Recife: 1992.

\_\_\_\_\_. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, I. G. V. (Org.) **Gramática do português falado**. 2. ed. vol. 6. Campinas: UNICAMP-FAPESP, 1997, p. 95-129.

**SOUZA, G. S. Aspectos formais e funcionais da repetição na produção escrita de professores.** Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 1999.

**Submetido em:** Fevereiro de 2018.

**Aprovado em:** Maio de 2018.